



<http://net.ie.uminho.pt/eduplaces-cied>

**infância(s) e juventude(s)**  
na educação contemporânea



UNIVERSIDADE DO MINHO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO 8-10 FEVEREIRO 2018  
III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

# O Direito ao Sucesso:

## Participação da comunidade e inovação em práticas socioeducativas orientadas para a superação do insucesso e abandono escolar

**Joana LÚCIO & Fátima ANTUNES**

[joana.lucio@ie.uminho.pt](mailto:joana.lucio@ie.uminho.pt) | [fantunes@ie.uminho.pt](mailto:fantunes@ie.uminho.pt)

CIEd – Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho

*Investigação financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto PTDC/MHC-CED/3775/2014*



Universidade do Minho  
Instituto de Educação  
Centro de Investigação em Educação



# Questões de investigação

- Que abordagens de tipo novo é possível identificar ao nível destas práticas socioeducativas inclusivas, nomeadamente no que diz respeito à gestão de recursos, parceiros envolvidos, públicos abrangidos, formas de participação, estratégias de aferição do sucesso e redes de disseminação?
- Qual o papel da comunidade local no desenvolvimento, implementação e avaliação destas práticas socioeducativas inclusivas?

# A dimensão local e a dimensão inovadora de práticas socioeducativas inclusivas

## HIPÓTESES:

- a) A valorização do papel do local nestas iniciativas passa pelo contributo de escolas, associações, empresas e outras organizações locais, não apenas como “observadores/as”, mas antes como coautores ativos, críticos e criativos do projeto educativo em desenvolvimento;
- b) O vínculo ao local (nas suas diversas manifestações, conforme a natureza, os objetivos e os públicos de cada iniciativa) é uma mais-valia dos projetos desenvolvidos;
- c) A estabilidade das equipas responsáveis pelas práticas socioeducativas em estudo é fundamental para a solidez das inovações introduzidas;
- d) As iniciativas percecionadas como inovadoras estão fortemente relacionadas com a esfera das relações sociais (comunicação), numa lógica de socialização preventiva (Oliver & Valls, 2004).

## O desafio

Analisar práticas socioeducativas inclusivas, (orientadas superação do insucesso e abandono escolar), discutindo a participação da comunidade e a inovação, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, especificamente os Artigos 28.º (provisão da Educação) e 29.º (objetivos da Educação).

## O desafio

Fatores que promovem (ou dificultam) a concretização dos Direitos da Criança em práticas educativas (p. ex. vozes, participação, cidadania, provisão, proteção), discutir de que forma é que o enquadramento dos direitos em Educação promove práticas inclusivas.

# Artigo 28.º

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

- a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- b) Encorajam a **organização de diferentes sistemas de ensino** secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- f) Tomam medidas para **encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar**.

2. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança e nos termos da presente Convenção.

3. Os Estados Partes promovem e encorajam a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente de forma a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

# Artigo 28.º

## **O DIREITO À EDUCAÇÃO:**

- A criança tem direito à educação e o Estado tem a obrigação de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um. A disciplina escolar deve respeitar os direitos e a dignidade da criança. Para garantir o respeito por este direito, os Estados devem promover e encorajar a cooperação internacional.

# Artigo 29.º

1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve destinar-se a:

- a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
- b) Inculcar na criança o **respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais** e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) Inculcar na criança o **respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;**
- d) Preparar a criança para **assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre**, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;
- e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente.

2. Nenhuma disposição deste artigo ou do artigo 28.º pode ser interpretada de forma a ofender a liberdade dos indivíduos ou das pessoas coletivas de criar e dirigir estabelecimentos de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no n.º 1 do presente artigo e que a educação ministrada nesses estabelecimentos seja conforme às regras mínimas prescritas pelo Estado.



# Artigo 29.º

## **OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO:**

- A educação deve destinar-se a promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas, na medida das suas potencialidades. E deve preparar a criança para uma vida adulta ativa numa sociedade livre e inculcar o respeito pelos pais, pela sua identidade, pela sua língua e valores culturais, bem como pelas culturas e valores diferentes dos seus.

# A dimensão local e a dimensão inovadora de práticas socioeducativas inclusivas

- Dois instrumentos: **Grelha de critérios de seleção** (25 critérios) e **Nota descritiva** (13 itens)
- Seis critérios:

- Confiança na capacidade dos profissionais para desenvolver inovações de modo flexível e contextualizado
- Alteração das relações socioeducacionais
- Qualidade científica, pedagógica e democrática

*Dimensão “inovação”*

- Fomento das relações com famílias e comunidades (criação de espaços, tempos e procedimentos próprios)
- Promoção da participação (deliberativa, avaliativa, educativa) de famílias e comunidades
- Fundação no trabalho conjunto e coordenado com famílias e comunidades

*Dimensão “local”*


- Seis itens: Foco, Principal objetivo, Principal contributo, Argumentação, Ligações ao contexto e Articulações interinstitucionais

# A dimensão local e a dimensão inovadora de práticas socioeducativas inclusivas

- A promoção da confiança nas equipas técnicas, a transformação das relações socioeducativas e a garantia da qualidade científico-pedagógica e democrática são aspetos particularmente relevantes destas práticas
- A inovação é explicitamente invocada como argumento para o sucesso pelo responsável de uma das iniciativas. As especificidades do modelo pedagógico são invocadas como argumento para justificar a eleição (como bem-sucedida e/ou mais representativa) em quatro das práticas
- A abertura e/ou fomento dos canais de comunicação e cooperação emerge como o principal contributo em quatro das práticas
- Para além do impacto que estas práticas parecem ter no desenvolvimento de esforços efetivos de articulação interinstitucional, parece confirma-se também algum impacto ao nível das relações socioeducativas (vias de comunicação escola-família, importância atribuída à educação formal, inclusão sociocultural de jovens provenientes de meios desfavorecidos)

# A dimensão local e a dimensão inovadora de práticas socioeducativas inclusivas

- A criação de tempos, espaços e procedimentos adequados ao fomento das relações com famílias e comunidades é uma importante componente destas práticas. A baixa frequência dos outros dois critérios parece sugerir que há ainda muito a fazer para promover a participação efetiva e o trabalho colaborativo entre estas práticas e o contexto local
- O trabalho articulado e colaborativo e a abertura e/ou fomento dos canais de comunicação e cooperação emergem como o principal contributo para o sucesso em oito das práticas
- Não obstante, o trabalho em rede/colaborativo está no centro da argumentação desenvolvida pelos responsáveis por apenas duas das práticas. O impacto que a prática tem no progresso dos jovens na aprendizagem, e a importância atribuída pelas famílias, são o foco do argumento desenvolvido pelos responsáveis de cinco das práticas
- O envolvimento das famílias emerge como ligação ao contexto em seis das práticas
- Os dados parecem corroborar a ainda frágil participação das famílias em práticas que promovem o sucesso educativo das suas crianças e jovens, apesar da importância atribuída a esta dimensão pelos responsáveis das práticas



## **Participação da comunidade e inovação em práticas socioeducativas inclusivas na perspectiva dos Direitos da Criança**

### **DE QUE FORMA ESTAS PRÁTICAS...**

- Refletem formas de organização da Educação diversas e acessíveis a todos/as – dimensão “inovação”
- Valorizam as culturas e os valores de origem das crianças e jovens que são o seu público-alvo, expondo-as/os simultaneamente a culturas e valores diferentes dos seus – dimensão “local”

## Participação da comunidade e inovação em práticas socioeducativas inclusivas na perspetiva dos Direitos da Criança

- **A dimensão “inovação”:** «inclusão e bem-estar através da melhoria das relações sociais e processos de empoderamento» (Moulaert, MacCallum & Hillier, 2013)
- **A dimensão “local”:** governança vs. co-construção (Klein et al, 2013)